



TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

TAC/IMA Nº 19/2020

1. CELEBRANTE

Nome COMPROMISSÁRIO /Razão Social: Palhano Empreendimentos Hoteleiros

CNPJ: 15.573.544/0001-10

Endereço: Sítio Palhano, s/n

Município: São Miguel dos Milagres

Representante legal: Veraldino Apolinario dos Santos

CPF:087. [REDACTED]

2. AUTORIDADE CELEBRANTE

Nome: INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE ALAGOAS

CNPJ: 12.958.179/0001-73

Endereço: Av. Major Cícero de Góes Monteiro, nº 2197, Mutange, Maceió-AL

Representante Legal: Gustavo Ressurreição Lopes

CPF: 051.912.644-01

Cargo: Diretor presidente

3. ORIGEM DA OBRIGAÇÃO PECUNIÁRIA

3.1.

Auto de infração: Série A Talão 000122 Folha 006062

Data da lavratura: 19/02/2020

Data do pedido de Suspensão: 19/02/2020

Valor original do Auto: R\$ 13.485,00

Valor com exigibilidade suspensa: R\$ 9.439,50

Termo de embargo: Série C Talão 025 Folha nº 001744

4. FUNDAMENTO LEGAL E JUSTIFICATIVA

4.1. O presente Termo de Ajustamento de Conduta encontra previsão legal no Art. 36 da Lei Estadual nº 6.787, de 22 de dezembro de 2006, que autoriza a suspensão da exigibilidade de até 70% (setenta por cento) da multa administrativa mediante o compromisso do autuado de prestar ou executar serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

4.2. Justifica a decisão de firmar o presente Termo de Ajustamento de Conduta a disposição do Art. 1º, VII, da Lei nº 6.340, de 3 de dezembro de 2002, que



determina a utilização dos valores arrecadados com a aplicação de sanções pecuniárias em planos, projetos, programas e atividades voltadas à proteção do meio ambiente.

5. OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

O Compromissário compromete-se, pelo presente Termo de Ajustamento de Conduta, a prestar ou executar os serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente abaixo, nos prazos assinalados:

5.1. O COMPROMISSÁRIO reconhece haver descumprido a legislação em razão de instalar estabelecimento (pousada milagres Paradise) sem a licença de operação- LO.

5.2. Por este instrumento, o COMPROMISSÁRIO assume a obrigação de regularizar-se, perante o órgão ambiental, onde dará entrada no processo de licença de operação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do presente termo, devendo concluir o processo no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

5.3. Por este instrumento, o COMPROMISSÁRIO se compromete a realizar a quitação do valor não suspenso de **R\$ 4.045,50** (quatro mil e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos), parcelado em 04 (quatro) prestações mensais.

6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

A aceitação e assinatura do presente Termo de Ajustamento de Conduta implicam nas seguintes obrigações das partes:

6.1. DO COMPROMISSÁRIO:

a) Recolhimento do percentual remanescente da multa, não atingido pela suspensão da exigibilidade de que trata este Termo de Ajustamento de Conduta, no prazo indicado no respectivo documento de arrecadação fornecido pelo IMA/AL, juntando o comprovante aos autos;



b) Renúncia expressa de qualquer medida judicial ou administrativa com o objetivo de infirmar o Auto de Infração lavrado pelo IMA/AL, objeto deste Termo ou de reduzir o seu valor, a partir de sua assinatura, independente de eventual rescisão por descumprimento;

c) Cumprimento fiel e nos prazos assinalados as obrigações descritas no Item 5 deste Termo.

6.2. DA AUTORIDADE CELEBRANTE:

a) Suspender a exigibilidade do valor objeto do presente Termo de Ajustamento de Conduta enquanto estiverem sendo prestados ou executados os serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente constantes do item 5 deste instrumento;

b) Promover a quitação da multa pecuniária cuja exigibilidade foi suspensa após o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo Compromissário;

c) Autoriza a continuidade das atividades durante o período de validade do presente termo, desde que estejam sendo cumpridas as previsões legais e sendo cumpridos os prazos presentes nas cláusulas acordadas neste termo de ajustamento de conduta.

7. TERMOS GERAIS

7.1. Este Termo de Ajustamento de Conduta tem força de título executivo extrajudicial conforme preceitua o Art. 5º, §6º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e seu descumprimento implicará na aplicação de multa, equivalente ao valor remanescente não cumprido pelo Compromissário e sua inscrição na Dívida Ativa do Estado;

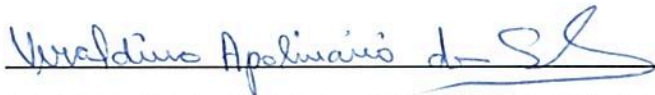
7.2. O descumprimento das obrigações do Compromissário, devidamente atestado por funcionário do IMA/AL, ensejará a rescisão unilateral do Termo de Ajustamento de Conduta pela Autoridade Celebrante e a restauração do débito remanescente nos sistemas do órgão, para consolidação e cobrança pelas vias normais;



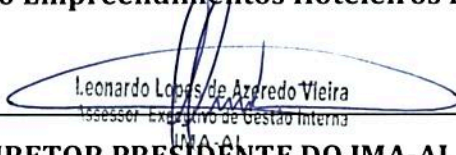
7.3. O presente Termo de Ajustamento de Conduta refere-se única e exclusivamente à suspensão da exigibilidade da multa pecuniária decorrente do Auto de Infração identificado no item 3, não servindo como licença ambiental da atividade objeto da autuação nem produzindo efeitos na esfera penal.

7.4. Este documento é assinado em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, por espontânea vontade das partes, que declaram estar cientes de todas suas condições.

Maceió, 20 de fevereiro de 2020.



Palhano Empreendimentos Hoteleiros LTDA



DIRETOR PRESIDENTE DO IMA-AL

TESTEMUNHA: _____

CPF: _____

TESTEMUNHA: _____

CPF: _____



